

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.319 - GO (2019/0039345-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
AGRAVADO : DIVAN JOSE RESENDE
ADVOGADO : BENO DIAS BATISTA - GO014271

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. PLEITO CONDENATÓRIO. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7 DO STJ. VIOLAÇÕES AOS ARTIGOS 2º, DA LEI Nº 9.605/98, 10, DA LEI Nº 12.305/10 E 29, DO CÓDIGO PENAL. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO, PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS** em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do eg. **Tribunal de Justiça daquela unidade federativa**.

Consta dos autos que o juízo singular **condenou** o agravado nas sanções do **artigo 54, § 3º (crime omissivo próprio), da Lei nº 9.605/1998**, à pena de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime aberto, substituída a pena privativa de liberdade por 1 (uma) pena restritiva de direitos e multa (fls. 783-811).

O eg. Tribunal **a quo** deu provimento ao apelo defensivo, para **absolver** o agravado, nos termos do v. acórdão assim ementado (fls. 882-899):

"EMENTA: APELO CRIMINAL DEFENSIVO. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DO CRIME TIPIFICADO NO ARTIGO 54, § 3º, DA LEI 9.605/98. PRETENSÕES DE RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA, DE ABSOLVIÇÃO OU DE ATENUAÇÃO DA RESPOSTA PENAL. PROCEDÊNCIA

PARCIAL, COM PREJUDICIALIDADE DO EXAME DA TESE REMANESCENTE. 1) O fato de o presente processo ter recebido uma numeração enquanto tramitava neste Tribunal e outra diferente após ter sido remetido ao juízo de primeiro grau, diante da perda, pelo acusado, do foro especial por prerrogativa funcional, não configura litispendência. 2) Se os elementos de convicção coletados nas fases investigatória e jurisdicionalizada incutem a certeza subjetiva de que o homem médio, caso se visse no mesmo contexto fático em que se viu o processado ("lixão" preexistente + impossibilidade de interrupção da coleta dos resíduos sólidos territoriais + inexistência de outro local adequado ou quiçá menos inapropriado à destinação final do lixo urbano + lentidão do tramitar administrativo dos requerimentos d implantação do aterro sanitário/controlado), agiria tal qual ele agiu, e nada foi produzido com aptidão de comprovar que a continuidade, durante a gestão daquele agente, do depósito de resíduos sólidos em vazadouro a céu aberto há muito tempo operante se deu por má-fé e de modo mais ecologicamente inapropriado/degradante do que o levado a efeito por gestões anteriores, enquanto, paralelamente, envidava esforços, ainda que malsucedidos, no desembaraço, junto ao Órgão ambiental competente, das iniciativas de seus antecessores de instalação de um aterro sanitário/controlado, perfectibilizada está a causa supralegal de exclusão da culpabilidade da inexistência de outra conduta, autorizando o deferimento da pretensão absolutória do condenado com espeque no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, ficando prejudicado o exame das demais teses recursais.

APELO CONHECIDO E PROVIDO."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 928-936).

Interposto **recurso especial**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, no qual o **Parquet** estadual alegou ofensa aos **artigos 619 do Código de Processo Penal, 2º e 54, § 3º, da Lei nº 9.605/98, 10 da Lei nº 12.305/10 e 29 do Código Penal**, postulando pela nulidade do acórdão recorrido e, subsidiariamente, pelo restabelecimento da sentença condenatória.

Não foram apresentadas as contrarrazões, consoante a certidão de fl. 975. Sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na aplicação da

Súmula 7/STJ, pois a análise do acórdão recorrido implicaria revolvimento de matéria fático-probatória (fls. 977-979).

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão (fls. 987-1.004).

A d. Procuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **desprovemento** do agravo em recurso especial (fls. 1.017-1.020).

É o relatório.

Decido.

Tendo em vista os argumentos expendidos pela parte agravante para refutar o fundamento da decisão de admissibilidade da origem, **conheço do agravo e passo a examinar o recurso especial.**

O recurso **não** merece prosperar.

Quanto à alegação de violação ao **art. 619 do Código de Processo Penal**, alega o recorrente que *"opôs embargos de declaração (fls. 203/218) demonstrando a nulidade da prestação jurisdicional omissa sobre a matéria relevante ao deslinde da questão posta nos autos: desatendimento de autoridade competente no tocante a medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível, comprovação pericial do risco de dano, inércia no cumprimento de TAC pelo período de oito anos (dois mandatos)"*, tendo o Tribunal de origem, entretanto, negado *"a integrar o acórdão, mantendo inalterado o decisum"* (fl. 951).

Em relação à alegação de violação ao **art. 54, § 3º, da Lei nº 9.605/98**, o recorrente assinalou, em síntese, que *"ao rever a sentença condenatória proferida pelo juiz de piso, o Sodalício goiano não enfrentou relevantes dados concretos aptos à caracterização do tipo previsto no art. 54, § 3º, da Lei nº 9.605/98"* (fl. 948).

O Tribunal **a quo**, no julgamento do recurso de apelação, na espécie, absolveu o ora agravado, porque entendeu não estar configurado a

figura delitiva do art. 54, § 3º, da Lei n. 9.605/1998, consignou **verbis** (fls. 886-896):

"Prosseguindo ao que interessa e tem relevância jurídica, tenho que a pretensão absolutória merece deferimento.

Com efeito, muito embora o gerenciamento (coleta, transporte, tratamento e destinação final) adequado dos resíduos sólidos territoriais seja um dever do Poder Executivo de cada município (artigo 10 da Lei 12.305/10), não se pode olvidar que:

(1º) até o ano de 2008, ou seja, em época contemporânea aos fatos delituosos que são objeto deste processo (2005 a 2008), apenas 27,7% (= 1542) dos 5.570 municípios brasileiros tinham aterro controlado (os resíduos são depositados separadamente, por categoria, e recobertos com terra compactada), ao passo que somente 22,5% (= 1.253) tinham aterro sanitário (além do depósito ordenado, o solo é impermeabilizado e há sistemas de dispersão de gases e de drenagem do lixiviado/chorume);

(r) até o ano de 2009 (fl. 230), apenas 76 (= 30,8%) dos 246 municípios goianos tinham aterro controlado, ao passo que somente 9 (= 3,6%) tinham aterro sanitário;

(3º) os "lixões " ou vazadouros a céu aberto constituem prática antiga (precedente, inclusive, à Lei 9.605/98) e constante, não apenas nos municípios goianos, mas em todo o território nacional;

(4º) o serviço público de gerenciamento dos resíduos sólidos é do tipo essencial, por envolver questão de saúde coletiva, não podendo, por isso, ser descontinuado em hipótese alguma; e (5º) a implantação e operacionalização de um aterro sanitário ou controlado de acordo com as exigências legais e regulamentares demanda, além de tempo considerável, diante da burocracia ínsita aos diversos procedimentos técnicos e administrativos necessários à conclusão de obras daquela natureza, capacidade econômica significativa, haja vista que há necessidade de confecção de estudos preliminares, de projetos de engenharia, de obtenção de licenças múltiplas, de aquisição/desapropriação de terreno compatível, de compra/arrendamento/locação de maquinários, de contratação de pessoal; de construção de acessos, de isolamentos, das valas de aterramento e, no caso específico do aterro sanitário, de camada impermeabilizadora do solo, sistemas de drenagem e de tratamento dos efluentes, tudo de acordo com as NBRs nº 8.849/85, 10.157/87, 8.419/92 e 13.896/97, editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, e com as Resoluções nº 01/86, 237/97, 308/02 e 404/08, expedidas pelo Conselho

Nacional do Meio Ambiente.

Ponderando tais circunstâncias, verifica-se que este Tribunal, quando do julgamento de hipóteses similares e coevas à que ora se reexamina, assentou, no geral, que, apesar dos louváveis esforços do Ministério Público na busca do gerenciamento ecologicamente adequado dos resíduos sólidos nas comunas goianas, um problema cada vez mais grave em nossa sociedade de consumo, os administradores municipais não podiam ser responsabilizados criminalmente, durante o exercício de seus mandatos, pela não cessação, desprovida de má-fé e sem nenhum incremento em degradação ambiental preexistente, do depósito de lixo urbano em vazadouros a céu aberto já utilizados para tal finalidade por gestões anteriores.

A uma, porque, em face da imprescindibilidade do serviço público municipal de gerenciamento dos resíduos sólidos, eventual suspensão da coleta do lixo até que fosse procedido ao ajustamento do local inadequado para depositá-lo às normas legais e regulamentares ou à implantação e operacionalização de outro, também acordante às exigências técnico-normativas, seria ainda mais desastrosa/nefasta para a população local, que se veria literalmente sitiada por seus próprios detritos/sobras/sujeiras/dejetos, o que é radicalmente inconciliável com o postulado da proporcionalidade, sob a ótica da vedação à proteção estatal excessiva ("übermassverbot" - Gilmar Ferreira Mendes. Curso de Direito Constitucional. 10ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016, p. 493) de determinada garantia fundamental, no caso, o meio ambiente (artigo 225, CF).

A duas, porque, se administrações anteriores ou mesmo posteriores, sem nenhum tipo de má-fé ou de incremento em degradações ambientais já existentes, se valeram ou continuaram a se servir dos mesmos "lixões" para depósito dos resíduos sólidos territoriais, não há nenhuma lógica em se responsabilizar, discricionariamente, apenas esta ou aquela gestão, sendo certo que, em sendo o depósito de lixo em vazadouros a céu aberto prática remota e reiterada na maioria absoluta das comunas goianas, a responsabilização criminal seria, paradoxalmente, um fato inevitável para quase a totalidade das autoridades executivas municipais deste Estado, transmudando a punibilidade pessoal e subjetiva respeitante às pessoas físicas (artigo 5º, inciso XLV, CF; artigo 29, CP; e artigo 2º, Lei 9.605/98) em autêntica e disparatada responsabilidade coletivo - objetiva.

Estabelecidas essas diretrizes, tem-se que, no caso, o fato delituoso imputado a Divino José Resende está circunscrito ao espaço-tempo seguinte: (a) "lixão a céu aberto" situado no limite urbano do município de Uruana com o de Itapuranga; e (b) "gestão de 2002 a 2008", não acobertando, conseqüentemente, o período respeitante ao segundo mandato daquele ex-agente político (2009 a 2012) e nem tampouco as faixas de terras marginais às rodovias GO -230 (saída para Uruceres) e GO -154 (saída para Uruíta), também reportadas nas provas técnicas de fls. 47/75 e 176/189 como sendo destinatárias, em menor quantidade, do descarte impróprio de lixo urbano, sob pena de resultar, a um só tempo, em violação às regras da congruência (correlação entre a acusação e a sentença), do contraditório, da ampla defesa

e do devido processo legal, bem como em julgamento além do pedido (ultra petita).

Ademais, examinando minuciosamente o conteúdo informativo (fls. 14/28, 33/34, 36/37, 43/45, 47/75, 79/92, 104/123, 140/167, 176/189, 215/240 e disco compacto de fl. 209) e probatório (fls. 265/314, 453/475, 640/643, 652/653 e disco compacto de fl. 676) deste processo, observa-se que:

(1º) o depósito indevido do lixo urbano de Uruana em vazadouro a céu aberto constitui prática bem anterior ao evento criminoso em análise, tanto que, ainda no ano de 1997, o Ministério Público já ajuizara "ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente" em desfavor daquela comuna pelo motivo de "o poder público municipal, sem qualquer critério ou preocupação", depositar "o lixo a céu aberto, de forma desorganizada e aleatória", implicando "em degradação ambiental" (fls. 215/229);

(2º) o "lixão" que constitui objeto do caso penal em reexame já era usado para o depósito de resíduos sólidos desde 2002 (fls. 34 e 642), tanto que, em perícia realizada no ano de 2007, foi consignado que a presença de "mamonas [...] demonstrava que o lançamento de resíduos sólidos no local remontava há longa data", o que também podia ser deduzido pelos "diferenciados graus de decomposição" do lixo urbano ali disposto;

(3º) requerimentos de implantação de um aterro sanitário ou de um aterro controlado no município de Uruana tramitam na antiga Agência Ambiental de Goiás, atual Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), desde os anos de 2001 (fl. 104/104v) e de 2004 (fl. 106/106v), não existindo notícia alguma de que tenham sido instalados até o tempo da instrução probatória em 2015, vide declarações judiciais do analista ambiental Joseirton Nogueira Lima (fl. 641) e do promotor de justiça Rodrigo César Bollelli Faria (fl. 653); e

(4º) nada foi produzido no sentido de demonstrar que a continuidade do depósito de resíduos sólidos no "lixão" de Uruana durante a gestão de Divino José de Resende se deu por má-fé e de modo mais ecologicamente inapropriado do que o levado a efeito por gestões anteriores e nem de que, consequentemente haja incrementado as degradações ambientais já existentes naquele lugar, uma vez que as irregularidades e os danos potenciais constatados nas perícias de 2006 (fls. 140/167) e de 2007 (fl. 48/75), bem como as que foram noticiadas em juízo pelo fiscal ambiental Neri Caetano Barbosa (fls. 642/643) e pelo promotor de justiça Rodrigo César Bollelli Faria (fl. 653) nada diferem das que já tinham sido verificadas em 2003 (fl. 90) ou, até mesmo, em 1997, quando do ajuizamento da ação civil pública

(fls. 215/229), quais sejam: precariedade do isolamento e da segurança do local, presença de erosões e de "catadores", semoventes, pássaros, insetos e moluscos em contato com o lixo; depósito anárquico, misturado e sem cobertura por terra compactada de resíduos sólidos de categorias diversas; incineração descabida de alguns tipos de lixo, não impermeabilização do solo, inexistência de sistemas de tratamento e de drenagem do chorume etc.

Outrossim, não há como negar a realidade de que, a despeito de a ação civil pública objetivando responsabilizar o município de Uruana pela degradação ambiental resultante do depósito de lixo urbano a céu aberto ter sido ajuizada em 1997, nenhuma solução foi adotada pelo Poder Executivo local até o ano de 2005, quando Divan José de Resende assumiu a administração municipal, se dignou de firmar o termo de ajustamento de conduta de fls. 14/17 e de adotar providências sequenciais seguintes, ainda que ineficazes à sanção, até o final de seu primeiro mandato em 2008, da problemática antiga e recorrente do gerenciamento ecologicamente inadequado dos resíduos sólidos daquela comuna:

(i) oficiou à Agência Ambiental de Goiás, solicitando cópias e informes sobre os procedimentos administrativos instaurados por iniciativa das gestões anteriores (f. 91);

(ii) encaminhou à Agência Ambiental de Goiás documentação requisitada sobre a propriedade do terreno onde estava instalado o "lixão" e se almejada a implantação de um aterro controlado (fls. 119/120);

(iii) removeu para o "lixão" preexistente os resíduos sólidos que estavam sendo depositados irregularmente nas faixas de terras marginais às rodovias GO-230 (saída para Uruceres) e GO-154 (saída para Uruíta) - fls. 43/45;

(iv) requisitou vistoria da Agência Ambiental de Goiás em terreno que seria adquirido para a implantação de um aterro controlado (fls. 453/545);

(v) adquiriu terreno para a implantação de um aterro controlado (fls. 270/272 e 455/458);

(vi) contratou profissionais para a confecção do "plano de recuperação de área degradada" pelo depósito de resíduos sólidos de fls. 276/314; e

(vii) obteve licenças prévia e de instalação do aterro controlado (fls. 266/269).

Nessa conjuntura, me parece desarrazoada a assertiva ministerial no sentido de que, durante os anos de 2005 a 2008, Divino José de Resende permaneceu "dolosamente omissa" no cumprimento de obrigação de implementar "política de gerenciamento dos resíduos sólidos" de Uruana e assumida em termo de ajustamento de conduta firmado em março daquele primeiro ano se e tão apenas porque, em face da

essencialidade do referido serviço público municipal, continuou a executá-lo nos moldes procedidos pelas gestões anteriores, valendo-se de vazadouro a céu aberto preexistente, enquanto, paralelamente, envidava esforços, e malsucedidos, no desembaraço, junto à Agência Ambiental de Goiás, das iniciativas de seus antecessores de instalação de um aterro sanitário ou controlado em Uruana, conforme declarações judiciais do então Secretário Municipal do Meio Ambiente Olinto Antônio Costa Filho (disco compacto de fl. 676, arquivo I).

Logo, por coerência e integridade com tudo o que foi consignado em linhas passadas, sinto-me firme e sereno para sustentar que o homem médio, caso se visse no mesmo contexto fático em que se viu o processado ("lixão" preexistente + impossibilidade de interrupção da coleta dos resíduos sólidos + inexistência de outro local adequado ou quiçá menos inapropriado à destinação final do lixo urbano + lentidão do tramitar administrativo dos requerimentos de implantação do aterro sanitário/controlado), agiria tal qual ele agiu.

E, como se sabe, "a exigibilidade de conduta diversa é característica fundamental da culpabilidade, motivo pelo qual não é admissível que se estabeleça a responsabilidade penal em decorrência de comportamentos humanos inevitáveis" (Rogério Sanches Cunha. Manual de Direito Penal - Parte Geral. LP ed., Salvador: JusPodvim, 2016, p. 306), aplicando-se, pois, à hipótese em reavaliação e na linha de exegese adotada em arestos análogos [cf., dentre outros: (a) a Den. 67-1/269, Rel. Des. Ney Teles de Paula, DJ. de 27.2.2008, tocante ao município de Aparecida de Goiânia; (b) a ApCrim. nº 31696-4/213, Rel. Juiz Fábio Cristóvão de Campos Faria, DJ. de 17.1.2008, respeitante ao município de Carmo do Rio Verde; (c) a Den. nº 154-5/269, Rel. Des. Jamil Pereira de Macedo, DJ. de 15.10.2007, relativa ao município de Aragoiânia; (d) a Den. nº- 166-8/269, el. Des. Jamil Pereira de Macedo, DJ. de 20.8.2007, concernente ao município de Anápolis; (e) a Den. nº 173- Red. Des. Jamil Pereira de Macedo, DJ. de 7.8.2007, atinente ao município de Iporá; (f) a Den. nº 181-0/269, Rel. Des. Charife Oscar Abrão, DJ. de 3.7.2007, pertinente ao município de Hidrolândia; (g) a Den. nº 128-9/269, Rel. Des. Aluizio Ataídes de Souza, DJ. de 5.8.2005, referente ao município de Santa Terezinha de Goiás; e (h) o Inq. nº 393-0/218, Rel. Des. Aluizio Ataídes de Souza, DJ. de 11.7.2003, alusivo ao município de Bela Vista de Goiás] desta Casa, a causa supralegal de exclusão da culpabilidade da inexigibilidade de conduta diversa.

[...]

Ao teor do exposto, diante da perfectibilização da causa supralegal de exclusão da culpabilidade da inexigibilidade de outra conduta, desacolho o parecer opinativo da ilustrada Procuradoria-Geral de Justiça, atuando como fiscal do ordenamento jurídico, e, apoiado na regra permissiva do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, dou provimento ao apelo defensivo para a finalidade de absolver Divan José Resende da imputação de haver praticado o crime omissivo próprio tipificado no artigo 54, § 39, Lei 9.605/98, ficando prejudicado o exame das demais teses

recursais."

A Corte de origem, no julgamento dos aclaratórios, assim decidiu (fls. 932-933):

"Porque presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos embargos declaratórios, deles conheço, mas, de pronto, lhes nego provimento.

Isso porque, como facilmente se percebe de simples leitura do arrazoadado recursal, o embargante não se insurge contra a falta de exame de alguma tese ou questão jurídica deduzida no âmbito do recurso apelatório, mas sim contra a solução adotada por esta 1ª Câmara criminal no julgamento do caso penal, qualificando-a, implicitamente, de equivocada, e defendendo, explicitamente, a excelência e precisão da sentença condenatória frente ao acórdão absolutório embargado.

E, como se sabe, "os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura ou contraditória. Não são destinados à adequação do decisum ao entendimento embargante, nem ao acolhimento de pretensões que mero inconformismo com o resultado do julgamento, Não são da parte refletem e, menos ainda, à rediscussão de questão já resolvida" (STJ, 22 Turma, EmbDec. nos EmbDec. no AgRg. no AREsp. nº 474.901/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ. de 24.9.2014), sendo certo que hipotético desacordo do acórdão embargado com o conteúdo da sentença condenatória, com a prova dos autos ou, ainda, com o enunciado prescritivo do artigo 54 da Lei 9.605/98 não configuram a hipótese de cabimento recursal da omissão e nem tampouco da contradição, caracterizando, quando muito, erro de julgamento ou violação literal a legislação federal, impugnáveis por outra espécie recursal, que não a dos aclaratórios.

A propósito:

"A contradição que autoriza a utilização dos aclaratórios é aquela interna ao próprio voto, existente entre as proposições da própria decisão, do julgado com ele mesmo, ou seja, é aquela existente entre a fundamentação e o dispositivo, entre o relatório e a fundamentação, entre o dispositivo e a ementa e ainda entre os tópicos internos da decisão, que prejudica a racionalidade do julgado, afetando- lhe a coerência, e não aquela existente entre o julgado e a lei, o entendimento da parte, os fatos e provas dos autos ou com o entendimento exarado em outros julgados. Precedentes' (EDcl. no MS. nº 15.828/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, DJ. de 19.12.2016)" (EmbDec.no AgRg. no REsp. nº 1.408.507/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJ. de 16.10.2017); e

"O vício da contradição que autoriza os embargos é do julgado

com ele mesmo, entre suas premissas e conclusões, jamais com a lei, com o entendimento da parte, com os fatos e provas dos autos ou com entendimento exarado em outros julgados. A contradição, portanto, consuma-se entre as premissas adotadas ou entre estas e a conclusão do acórdão hostilizado' (EDcl. no AgRg. no REsp. nº 1.280.006/RJ, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, DJe. De 6.12.2012)" (EmbDec. nos EmbDec. no ArGr. no AREsp. nº 876.625/MG, 6-4 Turma, ReP Min.2 Maria Thereza de Assis Moura, DJ. de 12.9.2016).

Desse modo, porque não demonstrado nenhum defeito na deliberação colegiada embargada, em face do qual esteja a necessitar de integração ou esclarecimento que assegure a inteligência daquele julgado, máxime o da omissão alegado, nego provimento aos embargos de declaração."

Da leitura dos trechos das decisões retrocitadas, vê-se que não houve qualquer irregularidade sanável por meio de embargos declaratórios, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão recorrida/ embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição ou omissão). **Não ocorreu, portanto, a apontada violação ao disposto no art. 619 do Código de Processo Penal.**

De se ressaltar ainda, no que tange ao pleito de restabelecimento da sentença condenatória, como se verifica dos excertos em referência, que a **Corte originária, apreciando detalhadamente as provas produzidas nos autos, concluiu pela aplicação da causa excludente de culpabilidade, para absolver o agravado da imputação do delito previsto no art. 54, § 3º, da Lei n. 9.605/1998.**

Ora, está assentado nesta Corte que as premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias não podem ser modificadas no âmbito do apelo extremo, nos termos da **Súmula n. 7/STJ**, que dispõe, **verbis**: "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Na hipótese, entender de modo diverso ao que estabelecido pelo Tribunal **a quo**, como pretende o recorrente, demandaria, necessariamente, o revolvimento do material fático-probatório delineado nos autos, providência que não se coaduna com os propósitos da via eleita.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. DESTRUIÇÃO DE FLORESTA. POLUIÇÃO AMBIENTAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO. PROVA DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. VERBETE SUMULAR N.º 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. No caso, o propósito recursal implicaria, necessariamente, o reexame de todo o conjunto fático-probatório, o que não se coaduna com a via eleita, em face do óbice do enunciado n.º 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1334090/AC, **Sexta Turma**, Rel. Min^a **Laurita Vaz**, DJe 23/11/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. CRIME AMBIENTAL. ABSOLVIÇÃO PELA CORTE LOCAL. CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE INTRANSPONÍVEL DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Tal como já referido, para esta Corte concluir que o recorrido praticou crime ambiental teria, necessariamente, de esmerilar todas as provas dos autos, o que é, categoricamente, proibido pela Súmula 7/STJ e incompatível com a vocação constitucional desta Casa Superior de Justiça de dizer o direito.

2. Portanto, a decisão agravada deve ser mantida intacta pelos seus próprios termos.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1065226/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 01/09/2017).

Quanto às apontadas violações aos **arts. 2º, da Lei nº 9.605/98, 10 da Lei nº 12.305/10 e 29 do Código Penal**, impende registrar que o recorrente limitou-se a alegar tais violações sem, contudo, fundamentar o recurso especial, demonstrando em que consistiram a lesão a tais dispositivos de leis infraconstitucionais. Incidência, inequívoca, da Súmula 284/STJ.

O apelo especial, dessa forma, em tais tópicos, esbarra na **Súmula 284 do STF, verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da**

controvérsia".

A propósito:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AVENTADA OFENSA AOS ARTS. 196, 212 E 616, TODOS DO CPP. ÓBICE DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE NÃO IMPUGNADO NO AGRAVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ QUANTO AOS PONTOS NÃO RECHAÇADOS. MATÉRIAS REMANESCENTES. CONTRARIEDADE AOS ARTS. 384 E 41, AMBOS DO CPP. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APELO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 217-A DO CP. ABSOLVIÇÃO. VILIPÊNDIO AO ART. 65 DA LCP. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE DE EXAME DO ARCABOUÇO PROBATÓRIO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. MALFERIMENTO AO ART. 14, II DO CPP. TESE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. "A ausência de impugnação específica do fundamento autônomo adotado pela decisão que negou seguimento ao agravo em recurso especial atrai a incidência do óbice previsto na Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça". (PET no AREsp 392.046/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/02/2014)

2. **Estando a realidade fático/processual existente no caderno processual dissociada das razões recursais a ele relacionadas, resta impossibilitada a compreensão da controvérsia arguida nos autos, ante a deficiência na fundamentação recursal. Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

3. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a absolver, condenar, ou desclassificar a imputação feita ao acusado. Incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ.

4. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal. (AgRg no AREsp 454.427/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO,

QUARTA TURMA, DJe 19/02/2015)

5. *Agravo regimental não provido*" (AgRg no AREsp n. 1.081.469/RS, **Sexta Turma**, Rel^a. Min^a. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 13/6/2017).

"[...] PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. TESE RECURSAL DISSOCIADA DO COMANDO LEGAL APONTADO COMO OFENDIDO. INCIDÊNCIA DO ÓBICE PREVISTO NO VERBETE SUMULAR N.º 284/STF. APELO NOBRE QUE NÃO PODE SER ADMITIDO.

1. *Hipótese em que os recorrentes, apontando violação ao artigo 155 do Código de Processo Penal, pleiteiam sua absolvição por insuficiência probatória.*

2. *Evidenciado que as razões recursais encontram-se dissociadas da prescrição legal contida na legislação federal indigitada por ofendida, patente a deficiência da fundamentação do apelo extremo, que impossibilita a exata compreensão da controvérsia, incidindo, mais uma vez, o óbice previsto no Enunciado Sumular n.º 284/STF.*

[...]

3. *Agravo regimental a que se nega provimento*" (AgRg no AREsp n. 996.099/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 19/5/2017).

Diante do exposto, **conheço** do agravo para **conhecer** em parte do recurso especial, e nesta extensão, para desprovê-lo, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator